



ACÓRDÃO Nº 575/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11270/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Maria Lenise Mafra Negreiros (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IO.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA1.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1692/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Imprensa Oficial do Estado do Amazonas**, sob responsabilidade da **Sra. Maria Lenise Mafra Negreiros**, Diretora-Presidente da IO, exercício de 2016, com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Recomendar à Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO** que observe com máximo rigor a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- 10.3. **Dar ciência à Sra. Maria Lenise Mafra Negreiros** da decisão;
- 10.4. **Arquivar** o presente processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.



ACÓRDÃO Nº 575/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que acompanhou o Ministério Público de Contas pela Irregularidade das Contas e aplicação de multa.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em exercício

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral